



INTERVENÇÕES ESCOLARES PARA PROMOVER A EQUIDADE DE GÊNERO

MARIA DO LIVRAMENTO COELHO PRATA

Doutoranda em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. mprata@uea.edu.br.

PATRÍCIA EULESIA PIERRI MULLER

Especialista em Gestão em Saúde. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. patriciaeulesia@gmail.com.

VERA LUCIA AMARAL DA LUZ

Mestre em Proteção Radiológica. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. veifsc@gmail.com.

CASSIA ROZÁRIA DA SILVA SOUZA

Doutora em Enfermagem. Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas. crsouza@uea.edu.br.

SANDRA MARIA CEZAR LEAL

Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. sandra.leal@ufsc.br.

MARLI TEREZINHA STEIN BACKES

Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. marli.backes@ufsc.br.

INTRODUÇÃO

A educação básica constitui espaço de socialização capaz de perpetuar ou contestar hierarquias de gênero. Práticas escolares ainda ancoradas em valores patriarcais naturalizam papéis masculinos e femininos, legitimando violências simbólicas e materiais contra meninas e mulheres (Albuquerque, 2020).

Experiências de oficinas participativas sobre a Lei Maria da Penha demonstram que abordagens críticas no currículo produzem reflexões que desconstróem estereótipos (Albuquerque, 2020). A presença de docentes homens engajados em práticas igualitárias contribui para romper a "pedagogia da virilidade" e ampliar masculinidades cuidadoras, tensionando a divisão sexual do trabalho (Lopes, Lopes, & Oliveira, 2024). Nesse contexto, consolidar políticas educacionais que transversalizem gênero é impreterível para a formação cidadã.

O presente trabalho tem por objetivo descrever o papel transformador da educação básica no enfrentamento ao machismo e na prevenção da violência de gênero, investigando



como práticas pedagógicas dialógicas e sistemáticas podem contribuir para a desconstrução de estereótipos e para a promoção da equidade, considerando os desafios de implementação, formação docente e institucionalização no contexto brasileiro.

MÉTODO

Este estudo foi conduzido na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, adotando o delineamento de revisão narrativa da literatura, método que possui caráter flexível e síntese crítica, permitindo mapear e atualizar, de forma ágil, o conhecimento disponível sem a pretensão de exaurir todas as fontes sobre o assunto (Cavalcante & Oliveira, 2020). A estratégia de busca utilizada na Biblioteca Virtual em Saúde combinou os descritores "violência contra a mulher" AND "igualdade de gênero" AND "educação" AND "práticas pedagógicas" com o operador booleano AND.

Foram aplicados como critério de inclusão: estudos disponíveis na íntegra, em português, publicados a partir de 2020, descrevendo intervenções escolares emancipatórias. Já os excluídos foram os estudos fora do contexto educacional ou sem enfoque transformador, dissertações, teses, cartas ao leitor e editoriais.

Após a triagem, procedeu-se à leitura analítica dos textos elegíveis, extraíndo-se informações sobre objetivos, desenho metodológico, população-alvo, intervenções pedagógicas e principais achados. A síntese crítica privilegiou a integração de abordagens teóricas e empíricas, destacando lacunas e proposições futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados cinco artigos, os quais serão apresentados no Quadro 1, descrito abaixo.

Quadro 1 - Síntese dos estudos selecionados com nome do autor, ano de publicação, objetivo, principais achados e limitações dos estudos.

Autor(es) & Ano	Objetivo	Principais achados	Limitações apontadas
Albuquerque (2020)	Descrever e avaliar o projeto "Lei Maria da Penha vai às escolas".	Oficinas promoveram identificação da cultura do estupro e feminicídio;	Resultados de curto prazo; apenas uma escola.



		primeiro contato crítico para muitos estudantes.	
Paula & Branco (2022)	Analisar se práticas para desconstruir preconceitos operam em chave dialógica.	Docentes monopolizaram a fala; metacomunicação moralizante silenciou alunos.	Intervenção pontual; contraste entre discurso e prática.
Papalardo et al. (2023)	Avaliar participação de meninas em atividades investigativas de Ciências.	Hipóteses femininas aumentaram (48,5%); menor violência de gênero quando vozes femininas são legitimadas.	Duração curta; falta de seguimento a longo prazo.
Duarte & Finco (2024)	Examinar institucionalização do debate de gênero na formação inicial docente.	Gênero restrito a disciplinas optativas; resistências institucionais e pressão antigênero.	Falta de institucionalização; carência de formação massiva.
Mesquita & Silva Neto (2024)	Discutir papel da educação no enfrentamento da violência contra a mulher.	Arcabouço legal permite inclusão curricular; necessidade de fiscalização e avaliação longitudinal.	Falta de monitoramento e de evidências de longo prazo.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na extração dos dados da BVS, 2025.

Os estudos convergem ao reconhecer que informação normativa sem vivência dialógica é insuficiente para dismantelar o machismo escolar. Mesquita e Silva Neto (2024) indicam que a inclusão obrigatória da Lei Maria da Penha no currículo cria um referencial cognitivo mínimo, mas alertam para a deficiência de monitoramento contínuo. Essa constatação dialoga com Duarte e Finco (2024), que descrevem o currículo como "campo de disputas" permeado por resistência conservadora, tornando frágil qualquer prescrição legal sem respaldo institucional robusto.

Nos espaços de sala de aula, duas abordagens se contrastam. De um lado, Albuquerque (2020) demonstra que oficinas participativas despertam empatia e consciência sobre violência de gênero entre adolescentes, gerando mudanças atitudinais imediatas. Por outro lado, Paula e Branco (2022) revelam que, mesmo com intenções inclusivas, professores podem reproduzir um monologismo que neutraliza o potencial transformador do diálogo; a afetividade enraizada requer processos contínuos de reflexão conjunta. Assim, a duração limitada das intervenções evidencia um déficit de sustentabilidade: rupturas iniciais



nos estereótipos retornam se o clima institucional não sustenta práticas dialógicas (Albuquerque, 2020; Papalardo et al., 2023).

A discussão curricular de Duarte e Finco (2024) expõe uma tensão estrutural: mesmo quando há respaldo legal e evidências de efetividade pedagógica, a institucionalização de gênero depende de vontade política, formação docente permanente e financiamento, aspectos que nenhum dos estudos afirma estarem plenamente assegurados. Este hiato entre o que se sabe que funciona e o que se implementa reforça a necessidade de políticas sistêmicas que integrem as dimensões cognitiva, afetiva e institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre pedagogia crítica feminista e abordagens investigativas revela potencial sinérgico para desconstruir hierarquias de gênero. No entanto, a permanência dos avanços demanda, entre outros: a curricularização vinculada à temática de gênero nos diferentes níveis de educação, com monitoramento contínuo, a fim de garantir o cumprimento desta ação; faz-se necessário que haja educação continuada para todos os docentes, buscando desenvolver competências para mediação dialógica e para a transposição didática de conteúdos sensíveis, assegurando coerência entre discurso e prática docente; a gestão precisa investir e apresentar os indicadores de acompanhamento, buscando identificar os efeitos dessa prática; e, por fim, propor redes intersetoriais permanentes (escolas, universidades, movimentos sociais, órgãos de proteção) que ofereçam suporte jurídico e psicossocial, fortalecendo o protagonismo das práticas desenvolvidas.

Assim, transformar a escola em espaço efetivamente emancipador exige sinergia entre políticas, práticas pedagógicas e cultura institucional, mobilizando conhecimentos legais, metodologias participativas e compromisso político constante contra as estruturas patriarcais que sustentam o machismo. Recomendam-se a realização de estudos longitudinais, ensaios de implementação curricular e avaliações de custo-efetividade para políticas de igualdade de gênero.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras declaram não haver conflitos de interesse relacionados a este estudo.



AGRADECIMENTOS E FINANCIAMENTO

Agradecemos às Professoras Dras. Marli Terezinha Stein Backes e Sandra Maria Cezar Leal do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Doutorado Profissional, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo apoio na condução deste estudo.

As autoras declaram que este estudo não recebeu apoio financeiro de nenhuma agência de fomento pública, privada ou sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, K. K. de. (2020). Diálogos de gênero na educação: Considerações sobre o projeto Lei Maria da Penha vai às escolas. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), e60485. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260485>

Cavalcante, L. T. C., & de Oliveira, A. A. S. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicologia em Revista*, 26(1), 83–102. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>

Duarte, A. R., & Finco, D. (2024). Desafios da inserção de gênero na formação inicial a partir das experiências de professoras acadêmicas feministas. *Mediações*, 29(2), 1–20. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n2e48937>

Gomes, R. M., Gomes, A. L. C., & Gomes, I. C. C. (2023). Violência contra mulheres no Brasil: Salas de aulas de Educação Básica como espaço de prevenção e debate. *Dialogia*, 43, e22752. <https://doi.org/10.5585/43.2023.22752>

Lopes, C. E. de M., Lopes, R. de C. S., & Oliveira, S. G. (2024). Desconstruindo a "pedagogia da virilidade": Conversação sobre masculinidades de professores homens na educação infantil. *Psicologia & Sociedade*, 36, e265637. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36265637>

Mesquita, M. da C. C., & Silva Neto, A. F. (2024). A educação como meio de enfrentamento à violência contra mulher. *SIGMA*, 5(5), 66–86. Recuperado de <https://iesap.edu.br/ojs/index.php/sigma/article/view/106/64>



Papalardo, S. P. T., Bueno Filho, M. A., Cerqueira, B. R. S., & Franzolin, F. (2023). Possibilidades para a equidade de gênero por meio do ensino de Ciências por investigação. *Ciência & Educação*, 29, e23021. <https://doi.org/10.1590/1516-731320230021>

Paula, L. D. de, & Branco, A. U. (2022). Desconstrução de preconceitos na escola: O papel das práticas dialógicas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 39, e200216. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202039e200216>

DESCRITORES: Equidade de gênero; Educação básica; Práticas pedagógicas; Violência de gênero.